

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.1 - Caracterização da entidade**

#### **8.1.1 - Identificação**

Município de Celorico da Beira  
Rua Sacadura Cabral  
6360-350 Celorico da Beira  
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

#### **8.1.2 - Legislação**

A Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro estabelece o regime financeiro dos municípios.

O n.º 1 do artigo 3º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Os nº2 e 4 do artigo 3º do referido diploma determinam os poderes dos órgãos do Município.

O nº1 artigo 4º do mesmo diploma estabelece ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respectivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correcção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 25,3% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.

O Endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objectivos de minimização de custos directos e indirectos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

O limite do endividamento líquido total do Município não pode exceder no final de cada exercício 125% do montante total das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa da participação no IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente em 10% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O limite dos empréstimos do município no final de cada ano não pode exceder 100%, do montante total das receitas mencionadas para o endividamento líquido total, sendo que quando este limite for ultrapassado os municípios deverão proceder à redução do endividamento em 100% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento das respectivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos activos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reporta à Assembleia Municipal.

### **8.1.3 - Estrutura organizacional efectiva**

O aviso n.º 9765/2004 (2ª série) de 16 de Dezembro, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objectivos, a organização e os níveis de actuação dos serviços do Município de Celorico da Beira, bem como os princípios que os regem e respectivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objectivo principal da sua actividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

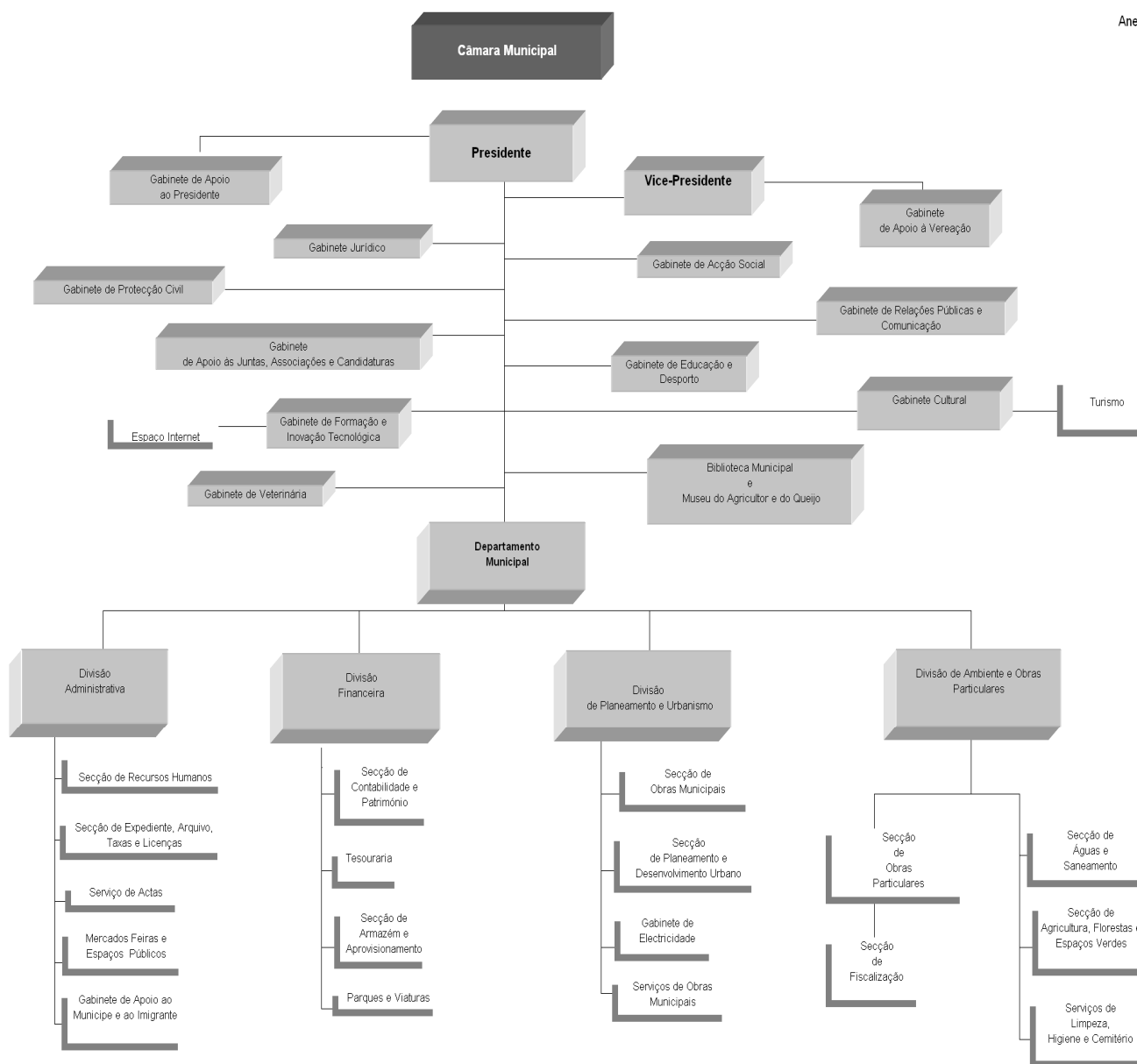
A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objectivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea c), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, acompanhar e fiscalizar a actividade do Município.

.

## Organograma

Anexo I



#### **8.1.4 - Descrição sumária das actividades**

O objectivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objectivos a sua actividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei n.º 159/900, de 14 de Setembro, respectivamente.

#### **8.1.5 - Recursos humanos**

Os responsáveis pela gerência em análise são:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período de responsabilidade</b>
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2009
José Luís Saúde Cabral	Vice-Presidente	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2009
António Graça Silva	Vereador	01-Janeiro a 01-Novembro de 2009 e de 18-Novembro a 31-Dezembro de 2009
Helder Bruno da Fonseca Gomes	Vereador	01-Janeiro a 01-Novembro de 2009
Rui Jorge Pinto Correia	Vereador	01-Janeiro a 01-Novembro de 2009
Vitor Martins Santos	Vereador	02-Novembro a 31 de Dezembro de 2009
Júlio Manuel dos Santos	Vereador	02-Novembro a 31 de Dezembro de 2009
Maria José Rosa Marques da Costa	Vereadora	02-Novembro a 17-Novembro de 2009

#### **8.1.6 - Organização Contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Directa (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

#### **8.1.7 - Outra informação relevante**

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.47º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, as contas do exercício de 2009 a análise de um auditor externo.

### **8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

Não Aplicável.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

**BALANÇO**

**Activo**

A rubrica 271 – Acréscimos de proveitos regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2009. Encontram-se especializadas as receitas relativas a juros bancários, impostos, participações devidas no âmbito de candidaturas.

**Passivo**

Tal como no exercício anterior o ano de 2009 distingue no Balanço os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo.

Nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, a rubrica “2614 - Fornecedores Imobilizado – Médio e longo prazo” encontram-se registadas dívidas em acordos de pagamento a regularizar em exercícios futuros.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo, a rubrica 2311 – Empréstimos de curto prazo regista o valor do empréstimo de curto prazo.

A rubrica 273 – Acréscimos de custos regista o valor da estimativa das Férias, Subsídio de Férias e respectivos Encargos Sociais do exercício de 2009 a pagar no ano seguinte.

**Fundos Próprios**

A rubrica 59 – Resultados Transitados foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior.

## **DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **CUSTOS E PERDAS**

Nada a referir.

### **PROVEITOS E GANHOS**

Na conta 75 – “Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração directa da Câmara Municipal.

### **8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2009. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

#### **Investimentos Financeiros**

Estão registados ao valor de aquisição.

#### **Imobilizações corpóreas**

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os activos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.



### **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da recepção provisória.

### **Bens de domínio público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com excepção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

### **Amortizações**

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

### **Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

#### **8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transacções em moeda estrangeira**

Nada a referir.

#### **8.2.5 - Resultado Líquido**

Em conformidade com as disposições estabelecidas no POCAL – 2.7.3 – Resultado Líquido do Exercício – concretamente no que se refere ao ponto 2.7.3.2 – O Resultado Líquido do Exercício deverá em 2010 ser transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

#### **8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento regista valores de aquisição de projectos elaborados e concluídos.

#### **8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações** **Imobilizado Bruto**

(Ver mapa em anexo)

#### **Amortizações**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.8 - Cadastro do Imobilizado**

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respectivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

**8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não Aplicável.

**8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.**

Não Aplicável.

**8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não Aplicável.

**8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

**Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.**

Não Aplicável.

**Imobilizações implantadas em propriedade alheia.**

Não Aplicável.

**Imobilizações reversíveis.**

Não Aplicável.

**8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.**

Nº Invent.	Descrição	Conta POCAL	V. Aquisição / V. Bruto	Amortizações Acumuladas	V. Líquido do Exercício
13083	Mini Carregadora Cat	424	48.547,20 €	13.769,66 €	37.498,37 €
35574	Isuzu NQR 12-20-VB 77L –5C	424	34.518,00 €	27.088,16 €	13.971,16 €
35575	Isuzu NPR 12-26-VB 77L –5C	424	29.680,00 €	23.963,89 €	11.962,24 €
35576	Isuzu NPR 12-30-VB 77L –5C	424	29.680,00 €	22.448,71 €	10.430,69 €
35577	Isuzu NKR77L–5D 13-03-VB	424	26.965,00 €	20.852,68 €	10.423,57 €
35578	Iveco Eurotech 28-36-UH	424	91.008,43 €	78.126,36 €	22.572,76 €
35579	Opel Movano (9Lug) 13-22-VB	424	28.700,00 €	27.897,52 €	4.515,71 €
35580	Opel Movano (9Lug) 12-36-VB	424	28.700,00 €	24.393,16 €	7.009,27 €
35582	Iveco Minibus 42-66-VB	424	41.050,00 €	28.460,73 €	24.023,16 €
35583	Volvo (autocarro) 43-81-XH	424	132.587,46 €	94.391,43 €	69.903,43 €
35584	Mitsubishi L200 STRAKAR 71-95-SV	424	20.250,34 €	17.206,90 €	9.136,84 €

É de salientar que o valor líquido não coincide com a diferença entre o valor de aquisição e as amortizações acumuladas, devido ao facto de haverem alterações patrimoniais resultantes de grandes reparações e contabilizações do IVA dos leasings.

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

**8.2.15 - Bens de domínio público que não são objecto de amortização**

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

#### **8.2.16 - Designação das entidades participadas**

<b>Designação</b>	<b>Sede</b>	<b>Participação</b>	<b>Capitais Próprios</b>	<b>Resultado Líquido</b>	<b>Ano</b>
Águas do Zêzere e Côa	Guarda	-	5.651.503,69€	-764.445,39€	2005
ADRUSE	Gouveia	-	152.836,69€	43.050,78€	2005
WRC - Web Reg. Centro Agência Des. Regional, SA	Curia	-	679.541,00€	-70.394.97€	2007
Empresa Municipal Celoricense, EM	Celorico da Beira	100%	1.490.560,75€	11.274,49€	2008
CESAB	Mealhada	-	554.577,53€	79.026,13€	2005
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	-	139.333,49€	-5.217,79€	2006
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	-	653.316,48€	-110.467,53€	2007
Associação de Municípios da Cova da Beira	Covilhã	-	2.716.419,01€	66.646,14€	2007
Associação de Informática da Região Centro	Coimbra	-	2.222.816,64	998.149,90€	2007

#### **8.2.17 - "Títulos negociáveis"**

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

#### **8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"**

Não Aplicável.

**8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Activo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não Aplicável.

**8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2009 ascende 19.758,22€, relativa a Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

**8.2.23 – Valor global das dívidas Activas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.**

Não existem dívidas activas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

**8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.**

Não Aplicável.

**8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"**

Não existem dívidas incluídas na conta Estados e outros entes públicos em situação de mora.

#### 8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa anexo)

#### 8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>291 – Para cobrança duvidosa</b>	3.509,30€	0,00€	0,00€	3.509,30€
<b>292 – Para riscos e encargos</b>	53.688,72€	407.426,02€	0,00€	461.114,74€
<b>TOTAL</b>	<b>57.198,02€</b>	<b>407.426,02€</b>	<b>0,00€</b>	<b>464.624,04€</b>

Registou-se um reforço de provisão para riscos e encargos decorrentes de um processo judicial em curso relativamente à facturação da água por parte das Águas do Zêzere e Côa.

#### 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>Património</b>	12.706.625,37€			12.706.625,37€
<b>Reservas Legais</b>	5.645,16€			5.645,16€
<b>Res. Transitados</b>	-611.811,73€	32.307,40		-579.504,33€
<b>Total</b>	<b>12.100.458,80€</b>	<b>32.307,40</b>		<b>12.132.766,20€</b>

Durante o ano 2009 registou-se um movimento de aumento na conta 59 – Resultados Transitados, relativo ao valor da transferência de resultados do exercício anterior.

**8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

(Ver mapa anexo)

**8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

**8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros**

(Ver mapa anexo)

**8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários**

(Ver mapa anexo)

.